UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE
RIBEIRÃO PRETO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Macrofinanças bancárias: dívida pública e gestão bancária no Brasil

MAURICIO AVELINO SAMPAIO

Orientador: Prof. Dr. Alberto Borges Matias

2007

Profa. Dra. Suely Vilela
Reitora da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Rudinei Toneto Júnior
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto

Prof. Dr. Marcio Mattos Borges de Oliveira
Chefe do Departamento de Administração

MAURICIO AVELINO SAMPAIO

Macrofinanças bancárias: dívida pública e gestão bancária no Brasil

Dissertação apresentada ao Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, como requisito para a obtenção do título de mestre em Administração de Organizações.

Ribeirão Preto

2007

FICHA CATALOGRÁFICA

Sampaio, Mauricio Avelino

Macrofinanças bancárias: dívida pública e gestão bancária no Brasil. Ribeirão Preto, 2007
76 p.

Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto/USP.

Orientador: Matias, Alberto Borges

1. Macrofinanças bancárias. 2. Dívida pública. 3. Gestão bancária.

Mauricio Avelino Sampaio

Macrofinanças bancárias: dívida pública e gestão bancária no Brasil

Dissertação de mestrado, apresentada ao Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Administração de Organizações.

Prof. Dr. Alberto Borges Matias

À Débora e ao Vítor,
com amor.

RESUMO

Os bancos emprestam recursos às pessoas, às empresas e aos governos, através da compra de títulos e valores mobiliários ou através da realização de operações de crédito. O governo federal, na figura da Secretaria do Tesouro Nacional, é um dos clientes dos bancos. A partir de um estudo descritivo, de observação de dois fenômenos – evolução da dívida pública e estratégia de gestão bancária – que ocorreram no Brasil em período recente, este trabalho procura identificar se as estratégias de alocação de ativos dos bancos em títulos e em operações de crédito foram influenciadas pela evolução do volume da dívida pública brasileira, no período compreendido entre 1995 e 2006. São apresentados as formas de financiamento, os aspectos de gestão, os instrumentos (títulos) e os agentes investidores em títulos da dívida pública interna emitidos pelo Tesouro Nacional. Para analisar as estratégias de gestão bancária, utilizou-se o universo de bancos comerciais e de bancos múltiplos de carteira comercial e foram consideradas as variáveis participação da carteira de títulos e valores mobiliários e participação das operações de crédito e arrendamento mercantil sobre o total de ativos dos bancos, que foram segmentados de acordo com a origem do capital em públicos e privados. Os resultados encontrados mostraram que existem diferenças entre as estratégias de alocação de ativos – títulos ou crédito – e a concentração em títulos – públicos ou privados – adotadas pelos bancos em função da origem do capital.

Palavras-chave: macrofinanças bancárias; dívida pública; gestão bancária.

ABSTRACT

Banks loan resources to the people, to the companies and to the governments, through the purchase of securities or through the loans & leases. The federal government is one of the customers of the banks. From a descriptive study, with a observation of two phenomena – evolution of the public debt and strategy of banking management – that they had occurred in Brazil in recent period, this work looks for to identify if the strategies of asset allocation of the banks in securities and loans and leases had been influenced by the evolution of the volume of the Brazilian public debt, in the period understood between 1995 and 2006. The financing forms, the management aspects, the instruments (securities) and the investment agents in headings of the internal public debt emitted by the National Treasure are presented. To analyze the strategies of banking management, the universe of commercial banks was used and had been considered the participation of the securities portfolio and the participation of the loans & leases on the total assets of the banks, that they had been segmented in accordance with the origin of the capital in private and public. The joined results had shown that exist differences between the strategies of asset allocation – securities or loans & leases – and the concentration in securities - public or private - adopted by the banks in function of the origin of the capital.

Key words: banking macrofinances; public debit; banking management.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	01
1.1. Problema de pesquisa	02
1.2. Objetivos	03
1.3. Importância do estudo	04
1.4. Estrutura do trabalho	05
2. METODOLOGIA DE PESQUISA	07
2.1. Etapas da pesquisa	09
2.2. Fontes de dados	10
2.3. Tratamento de dados	12
3. DÍVIDA PÚBLICA E GESTÃO BANCÁRIA NO BRASIL	16
3.1. Dívida pública	16
3.2. Considerações sobre a dívida pública no Brasil	18
3.3. Gestão bancária	24
3.4. Considerações sobre o setor bancário no Brasil	28
4. RESULTADOS	35
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	55
ANEXOS	59

LISTA DE SIGLAS

BACEN	- Banco Central do Brasil
BNDES	- Banco de Desenvolvimento Econômico e Social
CBLC	- Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia
CDP/INSS	- Certificado da Dívida Pública Mobiliária Federal / INSS
CFT	- Certificado Financeiro do Tesouro
CMN	- Conselho Monetário Nacional
CNSP	- Conselho Nacional de Seguros Privados
CODIP	- Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública
CODIV	- Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública
COGEP	- Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico da Dívida Pública
COSIF	- Plano Contábil das Instituições Financeiras
CPF	- Cadastro de Pessoa Física
CTN	- Certificado do Tesouro Nacional
CVM	- Comissão de Valores Mobiliários
DPMFi	- Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS	- Fundo de Compensação das Variações Salariais
FIES	- Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FUNAD	- Fundo Nacional Antidrogas
GEEST	- Gerência de Informações e Estatísticas da Dívida Pública
INSS	- Instituto Nacional do Seguro Social
IRB	- Instituto de Resseguros do Brasil
LFT	- Letras Financeiras do Tesouro
LTN	- Letras do Tesouro Nacional
NTN	- Notas do Tesouro Nacional

PND	- Programa Nacional de Desestatização
PROES	- Programa de Redução da Presença do Setor Público Estadual na Atividade Financeira Bancária
PROEX	- Programa de Financiamento às Exportações
SELIC	- Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SFN	- Sistema Financeiro Nacional
SPC	- Secretaria de Previdência Complementar
STN	- Secretaria do Tesouro Nacional
SUNAMAN	- Superintendência de Incentivo à Marinha Mercante
SUSEP	- Superintendência de Seguros Privados

LISTA DE QUADROS, TABELAS & GRÁFICOS

Quadro 1	- Estrutura do Sistema Financeiro Nacional	30
Quadro 2	- Transferências de Controle de Bancos: 1996 a 2000	33
Gráfico 1	- Títulos do Tesouro Nacional: Mercado x BACEN	24
Gráfico 2	- DPMFi, Títulos do Tesouro Nacional: Mercado x BACEN ..	36
Gráfico 3	- Ativo Total dos Bancos	38
Gráfico 4	- DPMFi x Ativo Total dos Bancos	38
Gráfico 5	- Todos os Bancos: Crédito x Títulos	39
Gráfico 6	- Bancos Públicos: Crédito x Títulos	41
Gráfico 7	- Bancos Privados: Crédito x Títulos	42
Gráfico 8	- DPMFi x Bancos Públicos: Ativo Total, Títulos e Crédito ...	43
Gráfico 9	- DPMFi x Bancos Privados: Ativo Total, Títulos e Crédito ...	44
Gráfico 10	- Títulos: Bancos Públicos x Bancos Privados	45
Gráfico 11	- Crédito: Bancos Públicos x Bancos Privados	45
Gráfico 12	- Bancos Públicos: Títulos Públicos x Títulos Privados	47
Gráfico 13	- Bancos Privados: Títulos Públicos x Títulos Privados	47
Gráfico 14	- Títulos Públicos: Bancos Públicos x Bancos Privados	48
Gráfico 15	- Títulos Privados: Bancos Públicos x Bancos Privados	49
Gráfico 16	- Participação dos Bancos no Financiamento da DPMFi	50
Tabela 1	- Evolução da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna	35
Tabela 2	- Bancos Comerciais e Múltiplos com Carteira Comercial	37
Tabela 3	- Bancos Públicos e Bancos Privados	40
Tabela 4	- Bancos Públicos e Privados, por Ativo Total: junho de 2006	46

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos vinte anos, notadamente a partir do princípio do processo de redemocratização, o Brasil passou por freqüentes e intensas mudanças no modo com que os mandatários da área econômica conduziam a política macroeconômica do País. Foram 5 Presidentes da República – 3 entre 1986 e 1993 e 2 entre 1994 e 2006 e 14 Ministros da Fazenda - 9 entre 1986 e 1993 e 5 entre 1994 e 2006.

Somente entre 1986 e 1990, vigoraram 5 diferentes planos econômicos: os Planos Cruzado, Bresser, Verão I, Verão II e Collor. Todos objetivaram, em seus respectivos períodos de vigência, estancar a escalada inflacionária e seus conseqüentes danos à sociedade brasileira. A partir de 1994, com a introdução do Plano Real, tem início uma fase de estabilização econômica que permanece até o momento atual.

Naturalmente, todas estas alterações promoveram diversos impactos na maneira com que os agentes econômicos conduziam suas atividades. Congelamentos de preços, abertura comercial, depósitos compulsórios, superávits e déficits na Balança Comercial, câmbio fixo e câmbio flutuante, dentre outros, impuseram a estes mesmos agentes uma capacidade constante de adaptação a mudanças.

Do lado do setor público, a alteração na forma de financiamento da dívida, de expansão da base monetária à venda de títulos ao mercado privado, evidenciou a ineficiência do Estado Brasileiro em controlar seus gastos e gerir suas receitas. Por sua vez, o setor privado, ao ser chamado a contribuir no financiamento de uma dívida cada vez maior, impõe ao Estado uma espécie de “camisa de força”, quando

adota certa parcimônia em manter em carteira os títulos de longo prazo, de titularidade do Tesouro Nacional.

Assim, esta dissertação pretende estudar os aspectos relacionados à dívida pública e à gestão bancária, dado que estes temas têm sido alvo de trabalhos acadêmicos e de matérias de jornais e de revistas.

Geralmente, os trabalhos acadêmicos que versam sobre o endividamento do setor público o fazem sob a ótica das Finanças Públicas, linha de pesquisa das Ciências Econômicas. No caso da gestão bancária, o enfoque recai sobre riscos, em função dos Acordos da Basiléia¹, e sobre o cálculo do *spread*² das operações do setor.

No mercado financeiro existe, por parte de operadores e analistas, a necessidade de compreender o funcionamento das políticas econômicas e de como este funcionamento pode causar impacto no comportamento do mercado. A leitura freqüente dos cadernos de economia dos principais jornais do País mostra que a relação existente entre endividamento público e funcionamento do mercado financeiro é tema recorrente.

1.1. Problema de pesquisa

Richardson (1999) afirma que a pergunta decorre da observação de um fenômeno e que “Às vezes a pergunta é escolhida para resolver um problema específico. Outras vezes, a pergunta surge da curiosidade.”

¹ Basiléia, na Suíça, é sede do BIS – *Bank for International Settlements*, o Banco Central dos Bancos Centrais.

² Diferencial entre a taxa de aplicação e a taxa de captação de recursos.

Eco (2002) aborda com muita propriedade uma questão que deve ser recorrente no momento da identificação de um objeto de estudo e de um problema de pesquisa:

[...] será mais útil fazer uma tese de erudição ou uma tese ligada a experiências práticas, a empenhos sociais diretos? Em outras palavras, é mais útil fazer uma tese que fale de autores célebres ou de textos antigos, ou uma tese que imponha uma intervenção direta da atualidade, seja sob o aspecto teórico (por exemplo, o conceito de exploração na ideologia neocapitalista) ou de ordem prática (por exemplo, estudo das condições de submoradia nos arredores de Roma)?

A pergunta é, por si mesma, ociosa. Cada um faz aquilo que lhe agrada, e se um estudante passou quatro anos debruçado sobre filologia romântica, ninguém pode pretender que passe a se ocupar de barracos, tal como seria absurdo pretender um ato de “humildade acadêmica” da parte de quem passou quatro anos com Danilo Dolci, pedindo-lhe uma tese sobre os *Reis da França*.

A partir da observação de dois fenômenos – evolução do volume da dívida pública e gestão de instituições bancárias no Brasil – e, conseqüentemente, a busca de compreendê-los, formulou-se o problema de pesquisa através da seguinte pergunta:

Existe relação entre a evolução da dívida pública e a estratégia de gestão de ativos adotada pelos bancos no Brasil, no período compreendido entre 1995 e 2006?

1.2. Objetivos

O objetivo principal deste trabalho é identificar se as estratégias de alocação de ativos dos bancos em títulos e em operações de crédito são influenciadas pela evolução do volume da dívida pública brasileira, no período compreendido entre 1995 e 2006.

Para o cumprimento do principal objetivo, alguns aspectos significativos relacionados aos temas de estudo também são verificados. Surgem, assim, dois objetivos específicos:

- Identificar se a origem do capital dos bancos altera a estratégia de alocação de ativos em títulos e em operações de crédito, no período compreendido entre 1995 e 2006.
- Identificar se a origem do capital dos bancos altera a estratégia de alocação de ativos em títulos públicos e privados, no período compreendido entre 2001 e 2006.

1.3. Importância do estudo

A gestão bancária, neste trabalho entendida como a gestão de ativos dos bancos, particularmente os títulos e valores mobiliários e as operações de crédito e de arrendamento mercantil, é de suma importância para que se possa pensar estrategicamente no desenvolvimento econômico do País. Um país onde o volume de crédito sobre o PIB – Produto Interno Bruto não se chega a 40%³, dada a importância do volume de crédito para que o setor privado possa investir na geração de empregos e de renda, requer que as políticas públicas estejam voltadas para que esta relação possa crescer de forma significativa.

Do lado da dívida pública, acredita-se que o debate deve recair menos sobre a relação dívida sobre PIB - dado que o patamar de 50%, se comparado a outras experiências internacionais⁴, encontra-se em níveis aceitáveis - e mais sobre a

³ Dado do Banco Central do Brasil.

⁴ Recomenda-se a leitura de Bacha e Chrysostomo (2006).

forma de financiamento desta dívida e, não menos importante, dos agentes responsáveis pelo financiamento da dívida.

1.4. Estrutura do trabalho

A estrutura do trabalho foi pensada para de forma a facilitar a compreensão dos temas dívida pública e gestão bancária e para, além do referencial teórico, fornecer ao leitor os aspectos que são essenciais ao entendimento das particularidades destes temas no caso brasileiro.

Ao todo são 6 capítulos, como segue:

Capítulo 1 – Introdução: além da contextualização do objeto de estudo, são apresentados o problema e os objetivos de pesquisa, a importância do estudo e a estrutura do trabalho.

Capítulo 2 – Metodologia de pesquisa: apresentam-se, neste capítulo, o método de pesquisa selecionado para o desenvolvimento do estudo, bem como as etapas da pesquisa, as fontes dos dados e o tratamento dos dados. São apresentados alguns indicadores de gestão bancária para viabilizar a análise da relação entre as variáveis de estudo.

Capítulo 3 – Dívida pública e gestão bancária no Brasil: neste capítulo são abordadas as formas de financiamento da dívida pública, suas causas e origens, bem como algumas considerações sobre a dívida pública brasileira. Trata, ainda, dos conceitos de intermediação financeira, do papel dos bancos na economia e das diferentes teorias da firma bancária; e apresenta algumas considerações sobre o setor bancário brasileiro.

Capítulo 4 – Resultados: são apresentados os resultados das relações estabelecidas entre as variáveis de estudo da dívida pública e as variáveis de estudo da gestão bancária no Brasil, através de gráficos e tabelas de dados.

Capítulo 5 – Considerações finais: neste capítulo, apresentam-se as limitações do estudo e são destacados aspectos que surgem como alternativas de futuros trabalhos.

2. METODOLOGIA DE PESQUISA

A propósito de método e ciência, Ruiz (1995) coloca:

O método constitui característica tão importante da ciência que, não raro, identificamos ciência com seu método. Cumpre, pois, que o destaquemos para um breve estudo.

A palavra método é de origem grega e significa o conjunto de etapas e processos a serem vencidos ordenadamente na investigação dos fatos ou na procura da verdade.

Os diversos passos do método não foram estabelecidos aprioristicamente; de fato, os homens procuraram agir cientificamente e, só depois, pararam para examinar o caminho que conduziu seu trabalho ao êxito. Assim, surgiu o método ou o traçado fundamental do caminho a percorrer na pesquisa científica.

Cervo e Bervian (2002) dividem em 3 os tipos de pesquisa: pesquisa bibliográfica, pesquisa descritiva e pesquisa experimental. Os autores admitem, ainda, a existência de estudos exploratórios, resumo de assunto e seminários de estudos.

A pesquisa bibliográfica objetiva fornecer o arcabouço cultural ou científico do passado - de determinado assunto, tema ou problema – e pode ser realizada como parte da pesquisa descritiva ou experimental. A pesquisa descritiva busca a observação e o registro de fatos ou fenômenos, visando analisá-los e correlacioná-los. Pode assumir diversas formas (estudos descritivos, pesquisa de opinião, pesquisa de motivação, estudo de caso e pesquisa documental) e trabalha sobre dados ou fatos colhidos da própria realidade. (CERVO e BERVIAN, 2002)

Para Gil (2006) existem 3 níveis de pesquisa: pesquisa exploratória, pesquisa descritiva e pesquisa explicativa. Utiliza-se a pesquisa exploratória quando se pretende desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, com vistas à formulação de problemas mais precisos. Quando se deseja descrever as

características de determinado grupo ou estabelecer relações entre variáveis, a pesquisa descritiva é mais adequada. A pesquisa explicativa busca identificar os fatores que contribuem para a ocorrência de fenômenos.

Para Richardson (1999) as pesquisas são realizadas com o objetivo de descrever, explicar ou explorar. A descrição atende ao objetivo do pesquisador de descobrir o que é a distribuição observada, enquanto a explicação lhe permite explicar tal distribuição. Quando o pesquisador está a iniciar um estudo de determinado tema, deve utilizar a exploração.

O método pode ser classificado como quantitativo ou qualitativo. O método quantitativo se utiliza de coleta de informações e/ou do tratamento dessas, com a intenção de garantir a precisão dos resultados e evitar distorções de análise e de interpretação. Usualmente, são aplicados nos estudos descritivos – estudos que procuram identificar e classificar a relação entre as variáveis de estudo ou, ainda, investigar a relação de causalidade entre os fenômenos estudados. Na medida que não haja o emprego de algum instrumental estatístico na análise de um problema, caracteriza-se o método como qualitativo. Alguns autores não fazem distinção entre esses métodos (quantitativos e qualitativos), entendendo que a pesquisa quantitativa também é, sob certos aspectos, qualitativa. (RICHARDSON, 1999)

O objetivo deste trabalho é observar o comportamento dos temas dívida pública e gestão bancária – através da seleção de determinadas variáveis – no Brasil, ao longo de um período específico, a fim de encontrar algum tipo de relação entre eles. Para tanto, são utilizadas a pesquisa bibliográfica e a pesquisa descritiva.

2.1. Etapas da pesquisa

A primeira etapa da pesquisa é o levantamento bibliográfico sobre os temas dívida pública e gestão bancária. Para a dívida pública, procurou-se esclarecer, através da consulta a livros e artigos de periódicos, suas origens, aspectos de determinação e formas de financiamento.

Como gestão bancária, entende-se a gestão de ativos e de passivos de um banco que, de acordo com as teorias da firma bancária desenvolvidas por autores pós-keynesianos, devem ser encarados como quaisquer outras empresas de uma economia capitalista e que, portanto, visam ao lucro e têm preferência pela liquidez.

A segunda etapa requer o estabelecimento das variáveis de estudo que representem os temas escolhidos e facilitem a sua avaliação. No caso da dívida pública, optou-se por trabalhar com os valores nominais em moeda corrente do montante da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna em mercado. As variáveis selecionadas, para o estudo do tema gestão bancária, ficaram restritas à gestão de ativos dos bancos, especificamente a carteira de títulos e valores mobiliários e as operações de crédito e de arrendamento mercantil.

Selecionadas as variáveis, passou-se à terceira etapa, que compreende o levantamento de dados e de informações sobre a evolução da dívida pública brasileira e das contas patrimoniais dos bancos no período compreendido entre 1995 e 2006.

A quarta etapa engloba o tratamento dos dados coletados, através do desenvolvimento de planilhas e da construção de gráficos e de tabelas, de forma a facilitar a análise das variáveis de estudo e o possível estabelecimento de relação entre elas. Para auxiliar na identificação da relação existente entre as variáveis,

calculou-se o Coeficiente de Correlação de Pearson, cujos valores variam de -1 a +1. Os valores mais próximos de -1 ou de +1 indicam uma forte relação linear e quanto mais próxima de zero é a correlação, mais fraca se apresenta a relação entre as variáveis.

2.2. Fontes de dados

Os dados da evolução do volume da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna foram coletados diretamente no site da Secretaria do Tesouro Nacional, vinculada ao Ministério da fazenda, a partir do relatório Estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna, por Títulos: Títulos sob responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional, elaborado pela Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública – CODIV, órgão subordinado à Gerência de Informações e Estatísticas da Dívida Pública – GEEST.

A Secretaria do Tesouro Nacional dispõe de uma área reservada para informações acerca da dívida pública, englobando informações sobre plano e estratégia de financiamento, operações dos mercados nacional e internacional, tesouro direto, leilões, características dos títulos públicos, assunção e reestruturação de passivos, operações de crédito (fianças e contratação direta) e relacionamento institucional, disponibilizando as seguintes informações:

- Estoque: dívida pública federal em mercado, dívida pública mobiliária federal interna por títulos (mercado e BACEN), dívida interna securitizada por títulos e dívida externa líquida, cuja série tem início em janeiro de 1990.

- Prazos médios: dívida pública federal em mercado, a partir de fevereiro de 2000.
- Emissões e pagamentos de títulos do Tesouro Nacional: dívida pública federal em mercado e dívida pública mobiliária federal interna por títulos (mercado e BACEN), a partir de janeiro de 1999.
- Execução da dívida mobiliária: séries históricas das dívidas interna e externa, de 1995 a 2005.

Para a análise do tema gestão bancária optou-se por trabalhar com apenas 2 variáveis: carteira de títulos e valores mobiliários e operações de crédito e arrendamento mercantil, coletados diretamente no site do Banco Central do Brasil.

Há diversas bases de dados disponíveis acerca de informações cadastrais e contábeis das instituições do Sistema Financeiro Nacional. Cada uma das bases apresenta conjuntos específicos de dados e informações, tanto em relação aos prazos de divulgação, quanto ao nível de detalhamento e ao tipo de dado ou informação tratada.

- Informações cadastrais das instituições financeiras: permite a consulta por dois grupos de instituições. O primeiro grupo apresenta as informações dos bancos comerciais, múltiplos e da Caixa Econômica Federal. O segundo grupo contempla os conglomerados financeiros, definidos como conjuntos de instituições financeiras que consolidam seus demonstrativos contábeis. Fazem parte destes grupos de informações os balanços e os balancetes gerais das instituições, a partir de junho de 1988, com periodicidade de divulgação mensal.

- Informações contábeis dos 50 maiores bancos e do consolidado do Sistema Financeiro Nacional: apresenta informações contábeis semestrais, a partir de dezembro de 1995, dos 50 maiores consolidados bancários do tipo I⁵.
- Informações financeiras trimestrais: dispõem as informações financeiras a partir do primeiro trimestre de 2001 de um conglomerado econômico e de todas as instituições financeiras que o compõem. Além dos demonstrativos financeiros e das notas explicativas, apresenta discriminadamente a composição da carteira de títulos e valores mobiliários, os fluxos e os vencimentos das operações de crédito e os limites operacionais.

2.3. Tratamento de dados

O processo de análise dos temas dívida pública e gestão bancária envolve a seleção e o tratamento de algumas variáveis, bem como a escolha de alguns indicadores.

Os indicadores selecionados são:

APLICAÇÃO EM TÍTULOS

$$APL_TIT = \frac{TITULOS_E_VALORES_MOBILIARIOS}{ATIVO_TOTAL}$$

Quanto maior o resultado deste indicador, maior a participação da carteira de títulos e valores mobiliários sobre o ativo total do banco. Pode ser utilizado para

⁵ Conjunto dos conglomerados das instituições em cuja composição se verifica ao menos uma instituição do tipo banco comercial ou múltiplo com carteira comercial e das instituições independentes de mesmas características.

comparar as estratégias de aplicação em títulos entre dois ou mais bancos; ou para identificar a estratégia utilizada por um banco quanto à alocação de recursos em títulos, comparativamente aos demais ativos.

APLICAÇÃO EM CRÉDITO

$$APL_CRED = \frac{OPERAÇÕES_DE_CREDITO_E_ARRENDAMENTO_MERCANTIL}{ATIVO_TOTAL}$$

Quanto maior o resultado deste indicador, maior a participação das operações de crédito e arrendamento mercantil sobre o ativo total do banco. Pode ser utilizado para comparar as estratégias de aplicação em operações de crédito e arrendamento mercantil entre dois ou mais bancos; ou para identificar a estratégia utilizada por um banco quanto à alocação de recursos em crédito, comparativamente aos demais ativos.

CONCENTRAÇÃO EM TÍTULOS PÚBLICOS

$$CONC_TIT_PUB = \frac{CARTEIRA_DE_TITULOS_PUBLICOS}{CARTEIRA_TOTAL_DE_TITULOS}$$

Quanto maior o resultado deste indicador, maior a concentração de títulos públicos dentro da carteira total de títulos do banco. Pode ser utilizado para comparar as estratégias de aplicação em títulos públicos entre dois ou mais bancos; ou para identificar a estratégia utilizada por um banco quanto à alocação de recursos em títulos públicos, comparativamente aos títulos privados.

CONCENTRAÇÃO EM TÍTULOS PRIVADOS

$$CONC_TIT_PRIV = \frac{CARTEIRA_DE_TITULOS_PRIVADOS}{CARTEIRA_TOTAL_DE_TITULOS}$$

Quanto maior o resultado deste indicador, maior a concentração de títulos privados dentro da carteira total de títulos do banco. Pode ser utilizado para comparar as estratégias de aplicação em títulos privados entre dois ou mais bancos; ou para identificar a estratégia utilizada por um banco quanto à alocação de recursos em títulos privados, comparativamente aos títulos públicos.

DÍVIDA PÚBLICA FINANCIADA PELOS BANCOS PÚBLICOS

$$DIV_PUB_FIN_BANC_PUB = \frac{TITULOS_DO_TESOURO_NACIONAL_COM_BANCOS_PUBLICOS}{DIVIDA_PUBLICA_EM_TITULOS_DO_TESOURO_NACIONAL}$$

Quanto maior o resultado deste indicador, maior a contribuição dos bancos públicos no financiamento da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional. Pode ser utilizado para apontar a estratégia adotada pelos bancos públicos em relação ao financiamento da dívida pública ou, ainda, para comparar tal estratégia com a estratégia adotada pelos bancos privados, com a mesma finalidade.

DÍVIDA PÚBLICA FINANCIADA PELOS BANCOS PRIVADOS

$$DIV_PUB_FIN_BANC_PRIV = \frac{TITULOS_DO_TESOURO_NACIONAL_COM_BANCOS_PRIVADOS}{DIVIDA_PUBLICA_EM_TITULOS_DO_TESOURO_NACIONAL}$$

Quanto maior o resultado deste indicador, maior a contribuição dos bancos privados no financiamento da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional. Pode ser utilizado para apontar a estratégia adotada pelos bancos privados em relação ao financiamento da dívida pública ou, ainda, para comparar tal estratégia com a estratégia adotada pelos bancos públicos, com a mesma finalidade.

Considerações sobre os indicadores:

Algumas outras considerações são necessárias para a diferenciação entre bancos públicos e bancos privados e, ainda, entre títulos públicos e títulos privados.

Consideram-se bancos públicos os bancos públicos controlados pela União e os bancos públicos controlados pelos estados.

Consideram-se bancos privados os bancos privados com controle nacional, os bancos privados com controle estrangeiro e os bancos privados com participação estrangeira.

Consideram-se títulos públicos os títulos emitidos pelo Tesouro Nacional, os títulos emitidos pelo Banco Central, os títulos emitidos pelos estados e os títulos emitidos pelos municípios.

Consideram-se títulos privados os certificados de depósito bancário (CDB), as letras imobiliárias (LI), as letras hipotecárias (LH), as debêntures, as ações de companhias abertas, as ações de companhias fechadas e outros títulos privados.

3. DÍVIDA PÚBLICA E GESTÃO BANCÁRIA NO BRASIL

Os temas dívida pública e gestão bancária são tratados separadamente. Inicia-se com um referencial teórico sobre cada um dos temas, seguidos, respectivamente, por algumas considerações sobre o caso brasileiro.

3.1. Dívida pública

“Dívida. [Do lat. debita, ‘devida’ (subentende-se quantia).] S.f. 1. Aquilo que se deve [...]; Público. [Do lat. publicu.] Adj. 1. Relativo, pertencente ou destinado ao povo, à coletividade [...]”⁶

Castro e Garcia (2004) apresentam a dívida pública como o conjunto formado pela dívida flutuante (compromissos de curto prazo) e pelas dívidas fundadas interna e externa (obrigações de médio e longo prazo).

Musgrave (1973), ao tratar das formas de financiamento da dívida pública, escreve:

Todas as vezes em que o governo incorre em um déficit são emitidas obrigações em montante igual ao excesso dos dispêndios sobre os recebimentos. As novas obrigações podem ser em forma de moeda, obtidas através da criação de crédito bancário ou emissão do governo, ou podem ser em forma de dívida pública. Igualmente, um superávit resulta na destruição de obrigações, seja através da detenção de recebimentos de impostos e um decréscimo resultante na oferta monetária, ou através de recebimentos de excedentes para retirada da dívida e uma redução resultante na dívida pública.

“O governo nunca é forçado a tomar empréstimo no mercado ou a manter e fazer o serviço da dívida ativa. Sempre existe a opção de monetizar a dívida [...]”
(MUSGRAVE)

⁶ FERREIRA, A.B.H.. Novo Dicionário da Língua Portuguesa Brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Gremaud, Vasconcellos e Toneto (2002) colocam que na ocorrência de déficit, resta ao governo a alternativa de emitir títulos da dívida pública. Quando o Banco Central compra tais títulos, sem a participação de agentes privados, o faz a partir de expansão da base monetária.

Mishkin (2000) argumenta que a restrição do orçamento governamental denota que se o déficit for financiado pelo aumento do volume de títulos de dívida em poder das pessoas, não há implicação no volume de moeda em circulação na economia. Quando este mesmo déficit for financiado pelo aumento da base monetária, de forma persistente, deve levar a economia a um processo inflacionário sustentado.

A ocorrência de déficit governamental, quando provocada pelo aumento dos gastos do governo, pode levar a economia a um maior crescimento e, inclusive, induzir ao aumento do investimento privado. Este processo promove uma maior estabilidade nos níveis de crescimento econômico, reduzindo as alternâncias de momentos de recessão e de crescimento e, ainda, encorajando um maior aporte de recursos de investidores estrangeiros no país. (HYMAN, 2002)

O aumento da dívida pública, como financiamento do déficit governamental, provoca um aumento nas taxas de juros da economia e conseqüente comprometimento do caixa do governo. Quando o déficit é financiado por emissão de moeda, caso a oferta de bens e serviços não acompanhe a evolução do montante de moeda em circulação, ocorre inflação. Ambas as formas de financiamento do déficit crescente colocam a economia num círculo vicioso: “títulos promovem juros maiores, que são amortizados por novas emissões de títulos ou, até mesmo, por emissões monetárias, desequilibrando novamente o sistema econômico”. (ASSAF NETO, 2003)

Quando o Governo Federal gasta mais do que arrecada e financia este diferencial através da emissão de títulos de dívida, promove absorção de recursos do setor produtivo e prejudica a formação de poupança necessária ao investimento produtivo. (FORTUNA, 2002).

No caso das transações de dívida, por se tratar de um intercâmbio voluntário, o governo, ao colocar uma nova dívida ou resgatar uma dívida existente, deve fazê-lo em condições que sejam aceitáveis para o investidor. Ou, ainda, o governo deve partilhar da avaliação que o mercado dá a tal dívida. (MUSGRAVE, 1973)

Ainda em Musgrave (1973), quando o governo vende dívida de longo prazo interfere diretamente nas condições em que a dívida privada de longo prazo pode ser colocada. Para a dívida de curto prazo, analogamente, há o impacto nas colocações privadas.

A administração da dívida permite ao governo a administração do caixa orçamentário, ao longo de um exercício fiscal, através da emissão ou do resgate de títulos de dívida para, respectivamente, suprir déficits ou superávits de caixa. Decorre, inclusive, deste processo, um aumento ou uma diminuição no volume total da dívida. (MUSGRAVE e MUSGRAVE, 1980)

3.2. Considerações sobre a dívida pública no Brasil

No Brasil, cabe à Secretaria do Tesouro Nacional a administração da dívida pública, tendo como atribuição a gestão da dívida pública mobiliária federal interna e da dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional. São três áreas encarregadas da gestão da dívida pública:

- Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública – CODIV: Responsável pelo registro e controle da dívida pública federal, pelo relacionamento com as centrais de custódia, elaboração da proposta orçamentária anual da dívida pública, bem como de sua execução financeira e orçamentária, incluindo os pagamentos e os registros contábeis, além das emissões de títulos decorrentes de operações especiais, tais como o Programa de Financiamento às Exportações - PROEX, o Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS e a Reforma Agrária;
- Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico da Dívida Pública - COGEP: Elabora estratégia de financiamento de médio e longo prazo, monitora a exposição ao risco e aperfeiçoa o relacionamento institucional no âmbito da administração da dívida pública federal; e
- Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública – CODIP: Capta recursos nos mercados internos e externos e realiza operações financeiras para otimizar a administração da dívida pública.

De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, os títulos da dívida pública mobiliária federal interna são emitidos sob a forma de ofertas públicas para instituições financeiras (leilões), ofertas públicas para pessoas físicas (Tesouro Direto) e emissões diretas para finalidades específicas definidas em leis.

Os leilões, ou ofertas públicas para instituições financeiras (bancos, corretoras, distribuidoras e outras instituições registradas no SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia) são realizados em sistema eletrônico do Banco Central.

O regulamento do SELIC estabelece que podem participar do sistema, além do Banco Central do Brasil e do Tesouro Nacional:

- a) bancos, caixas econômicas, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários e sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários;
- b) demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- c) fundos de investimento;
- d) entidades abertas e fechadas de previdência complementar, sociedades seguradoras, resseguradores locais, operadoras de planos de assistência à saúde e sociedades de capitalização; e
- e) outras entidades, a critério do administrador do SELIC.

As ofertas públicas para pessoas físicas, sem a realização de leilões, ocorrem através de um programa de venda de títulos públicos desenvolvido pelo Tesouro Nacional em parceria com a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC, intitulado Tesouro Direto. Podem investir no programa todos os residentes no Brasil que possuam Cadastro de Pessoa Física - CPF e sejam cadastrados em alguma das Instituições Financeiras habilitadas a operar no Tesouro Direto.

As emissões diretas para finalidades específicas definidas em leis caracterizam-se pela colocação direta de títulos públicos, sem a realização de leilões ou outro tipo de oferta pública. Alguns dos principais eventos de emissão direta de títulos públicos verificados nos últimos anos foram:

- Securitização de dívidas: processo de renegociação de dívidas que, em síntese, substitui uma infinidade de instrumentos de diferentes características, por vezes nas mãos de um grupo muito grande de

credores, por instrumentos de crédito homogêneos. Este processo, entre outras vantagens, concede aos credores um aumento de liquidez de seus ativos.

- Renegociação com Estados e Municípios: além da renegociação de dívidas com Estados, o Distrito Federal e os Municípios, contemplou o Programa de Redução da Presença do Setor Público Estadual na Atividade Financeira Bancária – PROES.
- Programas Especiais: podem ser citados o PROEX - Programa de Financiamento às Exportações; a criação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES; a criação do Fundo Nacional Antidrogas – FUNAD; a criação do Programa Nacional de Desestatização – PND; a constituição do Fundo de Compensação das Variações Salariais – FCVS; a viabilização do programa de Reforma Agrária; a Conversão de Dívida Externa em títulos do Tesouro Nacional; a viabilização do Programa Audiovisual; e a renegociação de Dívida Agrícola.

As emissões anteriormente citadas fazem parte do mercado primário de títulos da dívida pública. O mercado secundário, mais conhecido como *Open Market*, permite a troca de reservas bancárias, lastreadas exclusivamente em títulos públicos federais. A partir das operações realizadas neste mercado, o Banco Central consegue estabelecer parâmetros para o custo do dinheiro transacionado entre as instituições financeiras. (FORTUNA, 2002)

Os títulos da dívida pública podem ser emitidos para financiar o déficit orçamentário, realizar operações com finalidades específicas (definidas em lei) e para re-financiar a própria dívida pública.

Os principais títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna são:

- Notas do Tesouro Nacional – NTN: títulos pós-fixados criados com a finalidade de alongar o prazo de financiamento da dívida do Tesouro Nacional, interna e externa.
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT: títulos pós-fixados emitidos com o objetivo de dar cobertura à existência de déficits orçamentários ou à realização de operações de crédito por antecipação de receita.
- Letras do Tesouro Nacional – LTN: títulos pré-fixados que possuem a mesma base legal e características das Letras Financeiras do Tesouro.
- Certificados do Tesouro Nacional – CTN: títulos pós-fixados emitidos para dar cobertura aos déficits orçamentários.
- Certificados Financeiros do Tesouro – CFT: títulos pré-fixados ou pós-fixados emitidos para atender a finalidades específicas definidas em lei.
- Certificados da Dívida Pública Mobiliária Federal / INSS – CDP / INSS: títulos pós-fixados criados com a finalidade de reduzir o déficit da Previdência Social, sendo utilizados como moeda de abatimento pelas empresas que possuem dívidas com o INSS.

O Banco Central desempenha papel fundamental na gestão da política econômica e no financiamento da dívida pública. Trata-se de uma autarquia, vinculada ao Ministério da Fazenda, criada pela Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964. É o principal executor das orientações do Conselho Monetário Nacional – CMN e responsável por garantir o poder de compra da moeda nacional. Tem, por objetivos:

- Zelar pela adequada liquidez da economia;
- Manter as reservas internacionais em nível adequado;
- Estimular a formação de poupança;
- Zelar pela estabilidade e promover o permanente aperfeiçoamento do sistema financeiro.

Dentre suas atribuições estão:

- Emitir papel-moeda e moeda metálica;
- Executar os serviços do meio circulante;
- Receber recolhimentos compulsórios e voluntários das instituições financeiras e bancárias;
- Realizar operações de redesconto e empréstimo às instituições financeiras;
- Regular a execução dos serviços de compensação de cheques e outros papéis;
- Efetuar operações de compra e venda de títulos públicos federais;
- Exercer o controle de crédito;
- Exercer a fiscalização das instituições financeiras;
- Autorizar o funcionamento das instituições financeiras;
- Estabelecer as condições para o exercício de quaisquer cargos de direção nas instituições financeiras;
- Vigiar a interferência de outras empresas nos mercados financeiros e de capitais e controlar o fluxo de capitais estrangeiros no país.

Para o Banco Central do Brasil, a Dívida Pública Mobiliária Federal Interna corresponde ao total dos Títulos Públicos Federais em poder do Mercado e em poder do próprio Banco Central.

No início da década de 1990, ainda sob o impacto das altas taxas de inflação, a dívida pública era financiada pela emissão monetária e o Banco Central mantinha em carteira os títulos da dívida. A partir de 1994, com o Plano Real, gradativamente o mercado vai absorvendo os títulos da dívida, permitindo ao Banco Central utilizar e negociação destes títulos para controlar o nível de liquidez na economia, conforme se pode observar através do Gráfico 1:

Gráfico 1: Títulos do Tesouro Nacional: Mercado x BACEN

FONTE DOS DADOS: Secretaria do Tesouro Nacional

3.3. Gestão bancária

O funcionamento de um banco pressupõe a captação de recursos através da emissão (venda) de passivos com vistas à aquisição de ativos geradores de receitas. Os passivos bancários são conhecidos como fontes de recursos e os ativos bancários são conhecidos como utilizações de recursos. Os passivos se subdividem

em depósitos em conta-corrente, depósitos não-transacionais (depósitos a prazo e de poupança), empréstimos e capital bancário. Os ativos são constituídos de reservas (encaixa bancário, reservas compulsórias e reservas voluntárias), recebíveis de curto prazo, depósitos interbancários, títulos, empréstimos e outros ativos. A administração bancária contempla: (MISHKIN, 2000)

- administração de liquidez: o banco deve ter dinheiro à mão em volume suficiente para fazer frente aos saques de depósitos efetuados por seus clientes, no exato momento em que estes desejem. Deve adquirir ativos devidamente líquidos para atender às necessidades de seus depositantes.
- administração de ativos: o banco deve buscar um baixo nível de risco quando comprar ativos. Deve procurar adquirir ativos de baixo nível de inadimplência e, também, diversificar seu *portfolio* de ativos.
- administração de passivos: a venda de passivos deve ocorrer com o objetivo de captar recursos com baixos custos de fundos.
- administração de proporcionalidade de capital: o banco deve balancear a quantia de recursos captados com a quantia de recursos próprios, respeitando as exigências das autoridades reguladoras.

Carvalho e Oliveira (2002) exploram o enfoque pós-keynesiano de que os bancos são analisados como empresas, em ambientes altamente competitivos, concorrendo com outros bancos ou com outras empresas financeiras, e se preocupam, portanto, com a capacidade de geração de resultados e de crescimento. A partir de suas expectativas sobre o futuro, os bancos exploram as oportunidades momentâneas de negócios, visando ao lucro. Assim, concorrem para seus objetivos de expansão e de concentração de capital. Administram ativos e passivos para a

manutenção do equilíbrio financeiro de médio e de longo prazo e, também, para enfrentar a concorrência e tirar proveito de iniciativas do Banco Central que alterem as taxas de juros ou afetem as condições de demanda de crédito.

Paula (2003) apresenta um resumo comparativo entre a visão horizontalista⁷ e a visão pós-keynesiana estruturalista⁸ da oferta de moeda. Na visão horizontalista, os bancos definem a taxa de juros a que estão dispostos a emprestar determinada quantia a partir do estabelecimento de um *spread* sobre o custo de captação de recursos equivalente, expandindo o crédito e criando depósitos para, posteriormente, preocupar-se com as posições de liquidez. Já os pós-keynesianos argumentam que os bancos expandem o crédito para atender a um maior volume de transações demandado pelo mercado, a partir de um esforço de contornar as restrições na oferta de crédito estabelecidas pela autoridade monetária – Banco Central – e com vistas a expandir seu nível de atividades e melhorar a lucratividade, tendendo, assim, à inovação.

No modelo geral da firma bancária, apresentado por Oreiro (2005), discute-se que um aumento da taxa básica de juros faz com que os bancos reduzam a oferta de crédito às empresas. Este aumento da taxa básica de juros faz com que aumente a rentabilidade dos ativos defensivos dos bancos. Os bancos passam a canalizar os recursos para os ativos defensivos em detrimento da oferta de crédito às empresas. Para Oreiro, ainda, as variações na taxa básica de juros não têm qualquer impacto sobre as taxas de juros dos empréstimos.

Klein (1971) desenvolveu um dos mais conhecidos modelos de teoria da firma bancária, que propõe que os bancos são como empresas em busca de

⁷ Segundo Paula, a visão horizontalista tem como base os trabalhos de KALDOR (1985) e Moore (1988).

⁸ O autor sugere a leitura dos trabalhos de Minsky (1986), WRAY (1990, cap. 3 e 6), CARVALHO (1992, cap. 6) e DOW (1993).

maximização de lucros e que procuram atender tanto os tomadores quanto os fornecedores de recursos, até o momento em que o *spread* marginal das operações seja nulo. O banco se confronta com a decisão de adequar o volume de recursos a operações de crédito e em reservas monetárias, de forma a balancear a relação entre rentabilidade (empréstimos) e liquidez (reservas monetárias).

Os bancos, numa economia empresarial, de acordo com a dinâmica da firma bancária desenvolvida por Paula (1999), são capazes de criar crédito de forma ativa, mesmo que não tenham captado previamente depósitos para este fim. Dado que as firmas bancárias são firmas capitalistas, que visam ao lucro e possuem preferência pela liquidez, apresentam um comportamento que pode influenciar diretamente as condições de liquidez e de financiamento da economia e, em consequência, as decisões de investimento dos agentes. Neste enfoque, os bancos são instituições ativas, com expectativas e motivações próprias, e que administram dinamicamente seus ativos e seus passivos, dadas suas expectativas de risco e de retorno, em condições de incerteza.

Os bancos possuem grande flexibilidade na composição do *portfolio* de ativos e promovem alterações na estrutura de aplicações, conforme mudam suas expectativas sobre o futuro relacionadas à liquidez e à rentabilidade destes mesmos ativos. Considerando-se o período pós-keynesiano – o Banco Central torna-se o fornecedor de recursos de última instância e os bancos são capazes de elaborar técnicas de gestão de passivos - os bancos administram seu balanço dinamicamente, não assumindo o passivo como dado e, sim, procurando influenciar as preferências dos depositantes através de inovações financeiras. Quanto à composição da carteira de ativos, em momentos de expectativa positiva de futuro,

passam a privilegiar a rentabilidade à liquidez, elevando prazos e assumindo riscos antes não assumidos. (PAULA e ALVES JR., 2003)

Quando as expectativas em relação ao futuro se deterioram, os bancos tendem a adotar posturas mais conservadoras. Compõem suas carteiras de aplicação com ativos mais líquidos e de menor risco, não atendendo passivamente a demanda por crédito da economia. Na escola pós-keynesiana, a moeda influencia as decisões dos agentes econômicos e os motivos que os levam a tais decisões, atribuindo aos bancos papel fundamental numa economia capitalista. (PAULA e ALVES JR., 2003)

A gestão de um banco transcende o mero controle individual de suas categorias de ativos e de passivos. Trata-se de uma abordagem integrada, que requer tomadas de decisão simultâneas sobre as características e os volumes de ativos e de passivos que compõem o seu balanço. Em síntese, a gestão de ativos e de passivos requer um adequado conhecimento dos mercados financeiros nos quais o banco atua. (GARDNER, MILLS e COOPERMAN, 2000)

3.4. Considerações sobre o setor bancário no Brasil

No Brasil, a captação de recursos, ou gestão de passivos, pelas instituições bancárias, ocorre por intermédio de depósitos (à vista, de poupança, a prazo e interfinanceiros), de recursos de aceites e emissão de títulos ou de obrigações por empréstimos e repasses.

A aplicação de recursos, ou gestão de ativos, pelas instituições bancárias, é dirigida para operações de crédito e de arrendamento mercantil ou para a aquisição

de títulos e valores mobiliários. No caso dos bancos, apenas uma pequena parcela dos ativos permanece imobilizada.

Os serviços prestados pelas instituições bancárias, considerando-se os bancos comerciais, múltiplos e a Caixa Econômica Federal variam da cobrança de tarifas por movimentações em conta corrente (extratos, emissão de cheques, transferências de recursos, cobrança etc.); à emissão de contratos de empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil; custódia de títulos e valores mobiliários; gestão de recursos de terceiros; prestação de aval e fiança; recebimento de faturas de serviços prestados pelas concessionárias de serviços públicos etc.

A geração de resultados nas instituições bancárias provém, naturalmente, do resultado da intermediação financeira e da receita de prestação de serviços. Deste valor, subtraem-se as despesas gerais, administrativas e tributárias para se chegar ao resultado líquido.

Para tratar de gestão de instituições bancárias, é necessário identificar quais instituições financeiras podem ser consideradas como bancárias. A partir do conhecimento da estrutura do Sistema Financeiro Nacional e das instituições que dele fazem parte, pode-se alcançar tal objetivo.

Por outro lado, além de identificar as instituições bancárias, importa compreender as funções de responsabilidade do Banco Central, como órgão de liquidez dos títulos da dívida pública mobiliária federal interna no Mercado Aberto – *Open Market*.

A lei No. 4.595, de 31 de dezembro de 1964, conhecida como Lei do Sistema Financeiro Nacional, traz, no início do Capítulo I:

“Art. 1º - O Sistema Financeiro Nacional, estruturado e regulado pela presente Lei, será constituído:
 I - do Conselho Monetário Nacional;
 II - do Banco Central do Brasil;
 III - do Banco do Brasil S.A.;
 IV - do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;
 V - das demais instituições financeiras públicas e privadas.”

Assaf Neto (2003) define o Sistema Financeiro Nacional como o conjunto de “[...] instituições financeiras e instrumentos financeiros que visam, em última análise, transferir recursos dos agentes econômicos (pessoas, empresas, governo) superavitários para os deficitários.”

O Banco Central do Brasil apresenta a seguinte divisão para o Sistema Financeiro Nacional:

Quadro 1 - Estrutura do Sistema Financeiro Nacional

ÓRGÃOS NORMATIVOS	ENTIDADES SUPERVISORAS	OPERADORES		
Conselho Monetário Nacional - CMN	Banco Central do Brasil – BACEN	Instituições financeiras captadoras de depósitos à vista	Demais instituições financeiras	Outros intermediários financeiros e administradores de recursos de terceiros
	Comissão de valores Mobiliários – CVM	Bolsas de mercadorias e futuros	Bolsas de valores	
Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP	Superintendência de Seguros Privados – SUSEP	Sociedades seguradoras	Sociedades de capitalização	Entidades abertas de previdência complementar
	IRB-Brasil Resseguros			
Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC	Secretaria de Previdência Complementar – SPC	Entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão)		

Fonte: Banco Central do Brasil

“O modelo bancário trazido ao Brasil pelo Império foi o europeu. Entendiam-se como atividades bancárias de um banco as operações de depósitos e empréstimos (descontos). Outros serviços praticamente inexistiam.” (FORTUNA, 2002)

Assaf Neto (2003) considera como instituições financeiras bancárias ou monetárias os bancos comerciais, os bancos múltiplos e as caixas econômicas; todas instituições receptoras de depósitos à vista.

Pinheiro (2005) entende de forma ampliada o conjunto de instituições consideradas bancárias. Além dos bancos comerciais, múltiplos e das caixas econômicas, fazem parte do grupo as cooperativas de crédito – de economia e crédito mútuo e de crédito rural.

O processo de globalização financeira, de maior conectividade entre os diversos mercados, seguido do aumento de complexidade das operações e de uma maior sofisticação de clientes provocou a intensificação da desintermediação⁹ financeira nos bancos. Com isto, além da geração de resultados tradicional na gestão de ativos e de passivos, as instituições bancárias passaram a, cada vez mais, gerar receitas de prestação de serviços.

As demais instituições financeiras, ou instituições não-bancárias, são:

- Agências de Fomento
- Associações de Poupança e Empréstimo
- Bancos de Desenvolvimento
- Bancos de Investimento
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
- Companhias Hipotecárias

⁹ Reduzem-se as possibilidades de ganhos com a intermediação financeira e aumentam as alternativas de ganhos com a prestação de serviços, principalmente gerados por transações nos mercados de títulos de dívida pública e de capitais.

- Cooperativas Centrais de Crédito
- Sociedades Crédito, Financiamento e Investimento
- Sociedades de Crédito Imobiliário
- Sociedades de Crédito ao Microempreendedor

O processo de consolidação do setor bancário ocorreu durante a década de noventa, cujos principais eventos são a privatização dos bancos públicos estaduais, o fortalecimento dos bancos públicos federais e várias ocorrências de fusões e aquisições, algumas incluindo os próprios bancos públicos estaduais, particularmente devido à entrada mais agressiva de grandes grupos estrangeiros no mercado brasileiro.

Chama-se consolidação, pois a partir do início da estabilização econômica, com o Plano Real, achava-se que a queda da inflação e a conseqüente redução de receitas com *floating*¹⁰ nos bancos, faria com que boa parte deles viesse a ter sérios problemas de liquidez. Alguns casos ocorreram, entretanto, sem afetar em qualquer medida a solidez do sistema. A explicação se encontra no ganho de escala obtido com o processo de fusões e aquisições ocorrido à época.

No âmbito do PROES - Programa de Redução da Presença do Setor Público Estadual na Atividade Financeira Bancária, entre 1997 e 2004, os seguintes bancos públicos estaduais foram privatizados:

- 1997: Banco Meridional do Brasil, BANERJ – Banco do Estado do Rio de Janeiro e CREDIREAL – Banco de Crédito Real de Minas Gerais;
- 1998: BEMGE – Banco do Estado de Minas Gerais e BANDEPE - Banco do Estado de Pernambuco;
- 1999: BANEBA – Banco do Estado da Bahia;

¹⁰ Os bancos apuravam seus ganhos com a diferença entre a remuneração dos títulos públicos indexados à inflação, bastante elevada no período, e a captação por depósitos à vista, isenta de custo financeiro ou remuneradas por taxas inferiores às taxas de inflação.

- 2000: BANESTADO – Banco do Estado do Paraná e BANESPA – Banco do Estado de São Paulo;
- 2001: PARAIBAN – Banco do Estado da Paraíba e BEG – Banco do Estado de Goiás;
- 2002: BEA – Banco do Estado do Amazonas; e
- 2004: BEM – Banco do Estado do Maranhão.

Além de retirar dos estados uma ferramenta importante em direção ao aumento do endividamento público, o programa permitiu aos grandes bancos privados brasileiros e a alguns dos estrangeiros a conquista de novos nichos, até então explorados apenas pelos bancos públicos estaduais. Podem ser citados o pagamento dos salários dos funcionários públicos, a arrecadação de tributos estaduais e outros.

Alguns dos casos de fusões e aquisições ocorridos entre 1996 e 2000 constam do Quadro 2:

Quadro 2 - Transferências de Controle de Bancos: 1996 a 2000

NOME DA INSTITUIÇÃO ADQUIRIDA	NOVO (S) CONTROLADOR (ES)	DATA DE PUBLICAÇÃO
BFB	ITAÚ	15/4/1996
BANERJ	ITAÚ	15/7/1997
GERAL DO COMÉRCIO	SANTANDER	22/8/1997
BCN	BRADESCO	20/1/1998
NOROESTE	SANTANDER	30/3/1998
LIBERAL	NATIONS BANK	22/6/1998
BEMGE	ITAÚ	17/9/1998
ÔMEGA	UBS	23/9/1998
GARANTIA	CSFB	15/10/1998
BANEB	BRADESCO	5/7/1999
AGROINVEST	JOHN DEERE	29/9/1999
REAL	ABN AMRO	19/11/1999
MERIDIONAL	BSCH	18/5/2000
BOZANO, SIMONSEN	BSCH	18/5/2000
BANESPA	BSCH	28/11/2000

FONTE: Banco Central do Brasil

Se a partir de 1988, com a criação da figura do banco múltiplo¹¹, ocorreu um aumento expressivo no número de instituições bancárias no País, houve um processo inverso que se iniciou em meados da década de noventa. A onda de fusões e aquisições, inclusive oriunda da necessidade de ganho de escala da parte das instituições financeiras, ocorre em acordo com as diretrizes estabelecidas pelo processo de estabilização econômica e com a entrada de grandes grupos estrangeiros no Brasil.

¹¹ Banco que pode comportar mais de uma carteira de negócios: comercial, investimento, desenvolvimento e de financiamento.

4. RESULTADOS

A Dívida Pública Mobiliária Federal Interna, composta por títulos emitidos pelo Tesouro Nacional, terminou o ano de 1995 com um volume de R\$ 85,596 bilhões e alcançou o montante de R\$ 1,288 trilhão em junho de 2006, com um aumento nominal de 1.405,16%. Os valores nominais em milhares de reais, a cada semestre, com as respectivas variações percentuais, encontram-se na Tabela 1.

Tabela 1 – Evolução da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna

MÊS	VALOR NOMINAL R\$ mil	VARIAÇÃO SEMESTRAL	VARIAÇÃO ANUAL
Dez-1995	85.592.608		
Jun-1996	100.874.937	17,9%	33,9%
Dez-1996	114.617.625	13,6%	
Jun-1997	120.791.486	5,4%	96,9%
Dez-1997	225.616.159	86,8%	
Jun-1998	265.317.610	17,6%	53,7%
Dez-1998	346.827.925	30,7%	
Jun-1999	434.477.742	25,3%	35,0%
Dez-1999	468.044.906	7,7%	
Jun-2000	495.878.023	5,9%	13,5%
Dez-2000	531.217.845	7,1%	
Jun-2001	611.744.855	15,2%	26,2%
Dez-2001	670.226.540	9,6%	
Jun-2002	736.010.390	9,8%	21,8%
Dez-2002	816.165.869	10,9%	
Jun-2003	907.942.526	11,2%	17,2%
Dez-2003	956.689.111	5,4%	
Jun-2004	1.014.130.258	6,0%	12,1%
Dez-2004	1.072.385.055	5,7%	
Jun-2005	1.171.021.862	9,2%	14,8%
Dez-2005	1.231.412.243	5,2%	
Jun-2006	1.288.306.561	4,6%	

Fonte dos dados: Secretaria do Tesouro Nacional

O relatório sobre os nove primeiros anos do Plano Real, preparado pela Secretaria de Estado de Comunicação do Governo, vinculada à Presidência da República, abordou a origem da dívida pública brasileira de 1994 a 2002 e apontou as principais causas do aumento da dívida no período. Algumas delas são:

- Renegociação das dívidas com os estados e as prefeituras, iniciada em 1997, cujo volume nominal de recursos atingiu R\$ 157,1 bilhões.
- Fortalecimento dos bancos públicos federais, com aportes no Banco do Brasil, na Caixa Econômica Federal, no Banco do Nordeste do Brasil e no Banco da Amazônia, de 1996 a 2001, de R\$ 45,1 bilhões.
- Assunção, pela União, de passivos - “esqueletos”, de R\$ 41,1 bilhões, pelas perdas dos bancos com o FCVS – Fundo de Compensação das Variações Salariais, SUNAMAN – Superintendência de Incentivo à Marinha Mercante e Rede Ferroviária Federal.

O Gráfico 2 mostra a evolução nominal do volume da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna, destacando-se o montante em poder do Banco Central do Brasil e o montante em poder do mercado¹². Nota-se que a parcela da dívida em poder do mercado é superior à pertencente à carteira de títulos do Banco Central.

Gráfico 2 - DPMFi, Títulos do Tesouro Nacional: Mercado x BACEN

Fonte dos dados: Secretaria do Tesouro Nacional

¹² Entende-se por mercado os agentes investidores em títulos da dívida pública, em destaque os bancos, os fundos de investimento, os fundos de previdência (públicos e privados) e as seguradoras.

Os bancos analisados são os bancos comerciais e os bancos múltiplos com carteira comercial. A Tabela 2 mostra a quantidade de bancos considerada em cada semestre, de dezembro de 1995 a junho de 2006.

Tabela 2 - Bancos comerciais e múltiplos com carteira comercial

MÊS	NÚMERO DE BANCOS
Dez-1995	144
Jun-1996	145
Dez-1996	145
Jun-1997	142
Dez-1997	140
Jun-1998	130
Dez-1998	128
Jun-1999	125
Dez-1999	124
Jun-2000	122
Dez-2000	122
Jun-2001	122
Dez-2001	121
Jun-2002	114
Dez-2002	111
Jun-2003	112
Dez-2003	110
Jun-2004	108
Dez-2004	108
Jun-2005	105
Dez-2005	104
Jun-2006	104

Fonte dos dados: Banco Central do Brasil

Nota-se uma redução do número de bancos comerciais e de bancos múltiplos com carteira comercial no período, em consequência do processo de renegociação das dívidas com os estados que, entre outras ações, levou a maioria dos bancos estaduais a um processo de privatização.

Apesar da redução do número de bancos comerciais e de bancos múltiplos com carteira comercial, o ativo total do consolidado destes bancos cresceu ao longo do período, como se nota pelo Gráfico 3.

Gráfico 3 - Ativo Total dos Bancos

Fonte dos dados: Banco Central do Brasil.

A comparação entre o volume da dívida pública e o volume dos ativos totais do consolidado de bancos comerciais e de bancos múltiplos com carteira comercial demonstra que tanto um quanto outro caminham de forma ascendente ao longo do período, conforme pode ser observado no Gráfico 4.

Gráfico 4 - DPMFi x Ativo Total dos Bancos

Fonte dos dados: Banco Central do Brasil

Quando os bancos definem suas estratégias de aplicação de recursos estão, o tempo todo, emprestando recursos para os agentes deficitários. Por meio da aplicação em operações de crédito e de arrendamento mercantil, os bancos emprestam recursos às empresas e às pessoas ou financiam bens. Quando os bancos optam por comprar títulos e valores mobiliários, também estão emprestando recursos. Entretanto, são empréstimos restritos àqueles agentes habilitados a emitir tais títulos.

O Gráfico 5 demonstra a evolução dos indicadores de Aplicação em Títulos e de Aplicação em Crédito. Observa-se que de dezembro de 1995 a dezembro de 1999, os bancos aplicavam a maior parcela de seus ativos em operações de crédito. De dezembro de 2001 a junho de 2005, os bancos passam a privilegiar as aplicações em títulos em detrimento das aplicações em operações de crédito. E, a partir de dezembro de 2005, as aplicações em operações de crédito superam as aplicações em títulos. O coeficiente de correlação de Pearson, calculado para o período, foi de -0,78, demonstrando uma forte relação negativa no comportamento das duas variáveis.

Gráfico 5 - Todos os Bancos: Crédito x Títulos

Em função do processo de privatização dos bancos públicos estaduais e da capitalização e reestruturação dos bancos públicos federais, além do aumento de participação do capital estrangeiro no mercado bancário brasileiro, optou-se por analisar, separadamente, as estratégias de aplicação de recursos dos bancos públicos e dos bancos privados.

A Tabela 3 compara o número de bancos públicos e de bancos privados, no período compreendido entre dezembro de 1995 e junho de 2006.

Tabela 3 – Bancos públicos e bancos privados

MÊS	NÚMERO DE BANCOS	
	PÚBLICOS	PRIVADOS
Dez-1995	28	116
Jun-1996	29	116
Dez-1996	28	117
Jun-1997	28	114
Dez-1997	24	116
Jun-1998	23	107
Dez-1998	21	107
Jun-1999	20	105
Dez-1999	19	105
Jun-2000	19	103
Dez-2000	17	105
Jun-2001	17	105
Dez-2001	15	106
Jun-2002	14	100
Dez-2002	14	97
Jun-2003	14	98
Dez-2003	14	96
Jun-2004	13	95
Dez-2004	13	95
Jun-2005	13	92
Dez-2005	13	91
Jun-2006	12	92

Fonte dos dados: banco Central do Brasil

Quando se consideram apenas os bancos públicos, para análise das estratégias de aplicação de recursos, nota-se uma inversão entre a participação das aplicações em títulos e a participação das aplicações em operações de crédito,

conforme o Gráfico 6. Há dois momentos de destaque que são os anos de 1997 e de 2001.

Em 1997, ocorreu a renegociação de dívida entre o Governo Federal e o Estado de São Paulo. Consta no Relatório da Administração do Banco do Estado de São Paulo (BANESPA), de dezembro de 1997, que a renegociação envolveu a troca de títulos da dívida estadual e de créditos que o banco possuía com o Governo do Estado de São Paulo por títulos da dívida pública federal, emitidos pelo Tesouro Nacional. Desta forma, houve uma redução de R\$ 23,0 bilhões (valor nominal) no volume de operações de crédito do BANESPA e um acréscimo equivalente na carteira de títulos e valores mobiliários.

Em 2001, houve a reestruturação da Caixa Econômica Federal, no âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, que, entre outras medidas, provocou um aumento de R\$ 26,8 bilhões na carteira de títulos e valores mobiliários e, simultaneamente, gerou uma diminuição de R\$ 47,4 bilhões no volume de operações de crédito. Estas informações constam das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Caixa Econômica Federal em dezembro de 2001.

Gráfico 6 - Bancos Públicos: Crédito x Títulos

Fonte dos dados: Banco Central do Brasil.

O coeficiente de correlação de Pearson, calculado entre a Aplicação em Títulos e a Aplicação em Crédito, entre dezembro de 1995 e junho de 2006, apresentou uma forte relação negativa de -0,95, demonstrando que, no caso dos bancos públicos, a opção pela aplicação em operações de crédito é inversamente relacionada à opção pela aplicação em títulos e valores mobiliários, conforme se pôde observar na evolução das curvas no Gráfico 6.

A análise dos bancos privados mostra um comportamento diferente do ocorrido com os bancos públicos. O Gráfico 7 demonstra que em quase todo o período analisado, os bancos privados adotaram a estratégia de aplicar uma maior parcela de recursos de seus ativos em operações de crédito, do que a parcela de recursos aplicada em títulos e valores mobiliários. Excetuando-se o período compreendido entre dezembro de 1998 e dezembro de 2001, os bancos privados têm por opção estratégica uma maior concentração de ativos em operações de crédito, apesar de, durante o período de análise, mostrarem uma elevação na Aplicação em Títulos. O coeficiente de correlação de Pearson, calculado no período, para os dados dos bancos privados, foi de 0,09. Isto indica que a relação entre as variáveis Aplicação em Títulos e Aplicação em Crédito, no caso dos bancos privados, é fraca.

Gráfico 7 - Bancos Privados: Crédito x Títulos

Fonte dos dados: Banco Central do Brasil.

Ao se compararem os coeficientes de correlação de Pearson obtidos a partir dos dados dos bancos públicos ($r = -0,95$) e dos bancos privados ($r = 0,09$), pode-se perceber uma diferente opção estratégica, em função da origem de capital dos bancos – públicos e privados, na aplicação de recursos em títulos e valores mobiliários e em operações de crédito e de arrendamento mercantil.

Quando se concentra a análise entre o volume da dívida pública e o volume dos ativos totais, dos títulos e de crédito dos bancos, nota-se, também, uma diferente relação entre as estratégias de aplicação adotadas pelos bancos públicos e pelos bancos privados.

Os bancos públicos apresentam uma forte relação positiva entre a Aplicação em Títulos e a dívida pública ($r = 0,95$) e uma fraca relação positiva entre a Aplicação em Crédito e a dívida pública ($r = 0,24$). O Gráfico 8 apresenta a evolução do volume da dívida pública e dos ativos totais, dos títulos e das operações de crédito dos bancos públicos.

Gráfico 8 - DPMFi x Bancos Públicos: Ativo Total, Títulos e Crédito

Fonte: Banco Central do Brasil.

Os bancos privados, a partir do Gráfico 9, denotam uma relação diferente entre a evolução do volume da dívida pública e a evolução dos ativos totais, dos títulos e das operações de crédito. Os coeficientes de correlação de Pearson calculados para o período, no caso dos bancos privados, foram positivos de 0,93 para os títulos e 0,98 para as operações de crédito.

Gráfico 9 - DPMFi x Bancos Privados: Ativo Total, Títulos e Crédito

Fonte dos dados: Banco Central do Brasil.

O confronto entre os gráficos e os coeficientes de correlação de Pearson, calculados para os bancos públicos e os bancos privados, comparativamente à evolução da dívida pública, explicitam que, no caso da Aplicação em Crédito, os bancos públicos apresentam fraca relação positiva ($r = 0,24$) enquanto os bancos privados apresentam forte relação positiva ($r = 0,98$). Para a Aplicação em Títulos, não houve diferença.

Ao se analisar isoladamente a Aplicação em Títulos, comparando-se a estratégia dos bancos públicos com a estratégia dos bancos privados, observa-se que os bancos públicos, durante todo o período, concentram mais seus ativos em títulos do que os bancos privados, o que pode ser verificado através do Gráfico 10.

Gráfico 10 - Títulos: Bancos Públicos x Bancos Privados

Fonte dos dados: Banco Central do Brasil.

Para a Aplicação em Crédito, o Gráfico 11 mostra que de dezembro de 1995 a dezembro de 2000, os bancos públicos concediam mais crédito, relativamente ao total de seus ativos, do que os bancos privados. Há uma inversão em 2001, que pode ser explicada pela reestruturação ocorrida na Caixa Econômica Federal.

Gráfico 11 - Crédito: Bancos Públicos x Bancos Privados

Fonte dos dados: Banco Central do Brasil.

A partir de 2001, em função da divulgação, pelo Banco Central do Brasil, da Circular N° 3.068 que estabelece critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários, os bancos passaram a divulgar, nas notas explicativas às demonstrações financeiras, a composição da carteira de títulos e de valores mobiliários por títulos, considerando-se o prazo e a origem do título.

Com a finalidade de comparar as estratégias de aplicação em títulos, de acordo com a origem, adotadas pelos bancos públicos e pelos bancos privados, foram selecionados os 5 maiores bancos públicos e os 5 maiores bancos privados por ativos em junho de 2006, entre o primeiro trimestre de 2001 e o segundo trimestre de 2006.

A Tabela 4 apresenta os bancos públicos e os bancos privados selecionados, classificados pelo volume do ativo total em junho de 2006.

Tabela 4 - Bancos Públicos e Privados, por ativo total: junho de 2006

BANCOS PÚBLICOS		BANCOS PRIVADOS	
BANCO	ATIVO TOTAL	BANCO	ATIVO TOTAL
Banco do Brasil	262.331.925	Banco Bradesco	192.809.191
Caixa Econômica Federal	199.551.958	Banco Itaú	153.726.317
Banco Nossa Caixa	37.411.725	UNIBANCO	84.750.387
Banco Est. R. G.Sul - BANRISUL	14.711.306	Banco ABN AMRO Real	84.749.575
Banco do Nordeste do Brasil	12.331.624	HSBC Bank Brasil	50.979.345
TOTAL	526.338.538	TOTAL	567.014.815

Fonte dos dados: Banco Central do Brasil.

Quando analisados separadamente os bancos públicos, nota-se que a carteira de títulos é composta quase que exclusivamente por títulos públicos. O Gráfico 12 apresenta a predominante participação dos títulos públicos na carteira de títulos dos bancos públicos.

Gráfico 12 - Bancos Públicos: Títulos Públicos x Títulos Privados

Fonte dos dados: Banco Central do Brasil.

O Gráfico 13 demonstra, no caso dos bancos privados, uma maior participação de títulos privados na carteira de títulos. A partir do terceiro trimestre de 2005, os títulos privados passam a ser maioria na carteira bancos privados.

Gráfico 13 Bancos Privados: Títulos Públicos x Títulos Privados

Fonte dos dados: Banco Central do Brasil.

Quando a análise se volta para a Concentração em Títulos Públicos, segregados entre os bancos públicos e os bancos privados, fica evidente a forte participação dos bancos públicos. Excetuando-se o primeiro trimestre de 2001, durante todo o período de análise os bancos públicos concentraram mais que 75% dos títulos públicos que fazem parte das carteiras de títulos dos 10 bancos selecionados. Observa-se pelo Gráfico 14 a baixa participação dos bancos privados selecionados no volume de títulos públicos que compõem as carteiras de títulos desses bancos.

Gráfico 14 - Títulos Públicos: Bancos Públicos x Bancos Privados

Fonte dos dados: Banco Central do Brasil.

A Concentração em Títulos Privados, através da leitura do Gráfico 15, fica bastante evidente na estratégia de aplicação em títulos adotada pelos bancos

privados. Os bancos públicos demonstram pequena participação nos títulos privados.

Gráfico 15 - Títulos Privados: Bancos Públicos x Bancos Privados

Fonte dos dados: Banco Central do Brasil.

Por fim, a Dívida Pública Financiada pelos Bancos Públicos e a Dívida Pública Financiada pelos Bancos Privados, conforme demonstrado no Gráfico 16, assumem percentuais muito diferentes. Enquanto os bancos públicos contribuíram, para o financiamento da dívida pública, entre 18% e 29% ao longo do período analisado – do primeiro trimestre de 2001 ao segundo trimestre de 2006 – os bancos privados apresentaram contribuição entre 3% e 4%. Apontando que os 10 bancos selecionados representavam, em junho de 2006, 72% dos ativos dos bancos em atividade à época, nota-se que os bancos públicos, na amostra, contribuem de forma

bem mais expressiva que os bancos privados para o financiamento da dívida pública federal.

Gráfico 16 - Participação dos Bancos no financiamento da DPMFi

Fonte dos dados: Banco Central do Brasil e Secretaria do Tesouro Nacional.

A análise dos apresentados permite que se façam algumas constatações:

- Durante o ano de 1997, o valor nominal da dívida pública mobiliária federal, representada por títulos emitidos pelo Tesouro Nacional, dobrou de tamanho (variação de 96,9%). Esta variação expressiva decorreu do processo de renegociação de dívidas dos estados com a União. À época, os estados se comprometeram a privatizar seus bancos públicos e concordaram em trocar os títulos por eles emitidos – títulos de dívida estadual – por títulos emitidos pelo Tesouro Nacional. Assim, os estados ficaram devendo para a União, alongando os prazos destas dívidas em até 30 anos¹³, e os credores das dívidas receberam títulos do Tesouro Nacional, de fácil negociação no mercado secundário.

¹³ Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

- Entre 1995 e 2006, com o aumento do volume da dívida pública mobiliária federal interna, ocorreu uma maior migração dos títulos para o mercado, ficando o Banco Central com um contingente estável de títulos¹⁴, com o objetivo de execução da política monetária.
- O ativo total dos bancos comerciais e múltiplos com carteira comercial cresceu ao longo do período analisado, de forma mais expressiva a partir de dezembro de 1999¹⁵.
- A evolução do ativo total dos bancos e do volume da DPMFi ocorre de forma bastante semelhante, considerados os valores nominais entre 1995 e 2006.
- A redução do número de bancos públicos em atividade no Brasil, no período analisado, ocorreu de forma bem mais expressiva (57%) do que a redução do número de bancos privados (21%). A privatização dos bancos públicos estaduais, a entrada mais forte dos bancos estrangeiros e o processo de fusões e aquisições iniciado na década de 1990 ajudam a entender este fenômeno.
- A forte relação negativa ($r = -0,95$) entre a Aplicação em Títulos e a Aplicação em Crédito, observada nos bancos públicos, aponta estratégias que são excludentes entre a concentração nos dois tipos de ativos.
- Do lado dos bancos privados, a baixa relação positiva ($r = 0,09$) entre a Aplicação em Títulos e a Aplicação em Crédito, não permite que seja feita qualquer inferência sobre as estratégias adotadas na alocação destes dois ativos.

¹⁴ Ver Gráfico 2.

¹⁵ Ver Gráfico 3.

- Nota-se, então, que os bancos públicos e os bancos privados adotaram estratégias de aplicação de ativos diferentes no período de 1995 a 2006.
- A partir de junho de 2000, percebe-se que o ativo total dos bancos públicos sofre um descolamento da evolução nominal da DPMFi em mercado. Levanta-se a hipótese de que a reestruturação da Caixa Econômica Federal, ocorrida em 2001, esteja relacionada com este fenômeno¹⁶. Nota-se, ainda, uma fraca relação positiva ($r = 0,24$) entre a evolução das operações de crédito e arrendamento mercantil e a evolução da DPMFi em mercado.
- Entre 2001 e 2006, a partir da análise das carteiras de títulos e valores mobiliários dos bancos públicos e dos bancos privados da amostra, nota-se que os bancos públicos adotam estratégias de maior alocação de recursos em títulos públicos e os bancos privados adotam estratégias de maior alocação de recursos em títulos privados¹⁷.
- Fica evidente a relevante participação dos bancos públicos no financiamento da DPMFi em mercado. A carteira de títulos do Tesouro Nacional dos bancos públicos atingiu o patamar de 29% da DPMFi em mercado, em dezembro de 2002, e terminou em junho de 2006 com 19% de participação.

¹⁶ Ver Gráfico 8.

¹⁷ Ver Gráficos 14 e 15.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas das limitações deste estudo devem ser consideradas, com a finalidade de tornar relativos os resultados encontrados. As estratégias de alocação de recursos dos bancos são afetadas pela preferência pela liquidez e pela busca de rentabilidade, como qualquer outra empresa. Entretanto, por se tratar de organizações fortemente regulamentadas, pelo Banco Central do Brasil, estas estratégias freqüentemente são afetadas por estes regulamentos. A capacidade de inovação dos bancos, frente às limitações impostas pelo agente regulador, esbarra, em última instância, nos limites da lei.

A escolha - quer pelos bancos públicos ou pelos bancos privados - entre títulos ou crédito é impactada pelo comportamento das taxas de juros na economia. Entretanto, não se considerou, ao longo do período analisado, o fator taxa de juros na adoção das estratégias de alocação de recursos dos bancos.

Em consequência da indisponibilidade de dados, a análise da composição das carteiras de títulos e valores mobiliários dos bancos ficou restrita ao período de 2001 a 2006 e à uma amostra de 10 bancos.

Além das limitações, surgiram, ao longo do trabalho, algumas questões que poderiam ser respondidas com o desenvolvimento de novos estudos:

- Estudar em mais profundidade o ocorrido com a Caixa Econômica Federal, em função da significativa participação de títulos públicos em sua carteira. Poder-se-ia, inclusive, investigar as causas que levaram a instituição à necessidade de aporte de recursos e de substituição de ativos, como parte do Programa de Fortalecimento dos Bancos Públicos Federais. Fica, ainda, uma pergunta: o que ocorrerá com a

rentabilidade da Caixa em decorrência de uma queda mais acentuada das taxas de juros?

- Investigar a renegociação de dívida do Governo do Estado de São Paulo com a União, para melhor compreender a relação entre o tamanho do ativo total do banco no início da década de 1990, quando figurava entre os 3 maiores bancos do País, e a emissão de títulos estaduais e a carteira de crédito da instituição com o próprio governo paulista.
- Verificar se existe alguma relação entre a rentabilidade da carteira de títulos dos bancos públicos e a rentabilidade da carteira de títulos dos bancos privados e se essas diferenças podem ser explicadas pela composição de títulos dessas carteiras.
- Estudar a participação de outros agentes no financiamento da dívida pública mobiliária federal interna, como os fundos de investimento e os fundos de pensão – através da composição de suas carteiras de investimento por tipo de título, e verificar se há alguma relação entre o a evolução da dívida pública e a emissão de títulos privados pelas empresas (debêntures e ações).

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, D.R., SWEENEY, D.J. & WILLIAMS, T.A.. Estatística aplicada à administração e economia. São Paulo: Thomson Learning, 2002.
- ARAÚJO, Carlos Hamilton Vasconcelos. Mercado de títulos públicos e operações de mercado aberto no Brasil – aspectos históricos e operacionais. Notas técnicas do Banco Central do Brasil N° 12. Brasília, janeiro de 2002. p. 1-60.
- ASSAF NETO, Alexandre. Mercado Financeiro. 5ª Edição. São Paulo: ATLAS, 2003.
- BACHA, Edmar Lisboa e OLIVEIRA FILHO, Luiz Chrysostomo (orgs.). Mercado de capitais e dívida pública: tributação, indexação, alongamento. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2006.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Dívida líquida e necessidades de financiamento do setor público. Brasília, 1999.
- BASTOS, Norton Torres de, Avaliação de desempenho de bancos brasileiros baseada em criação de valor econômico. São Paulo, Revista de Administração, v. 34, n.3, jul-set 1999.
- BRASIL, Presidência da República - Secretaria de Estado de Comunicação do Governo. Brasil 1994 – 2002: a era do Real. Brasília: SECOM, 2002.
- CAMPOS, Mauricio Barreto. Produtividade e eficiência do setor bancário privado brasileiro de 1994 a 1999. Dissertação de mestrado apresentada na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas – EAESP/FGV. São Paulo, 2002.
- CARNEIRO, Ricardo. Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Editora UNESP, IE - UNICAMP, 2002.
- CASTRO, Domingos Poubel de & GARCIA, Leice Maria. Contabilidade pública no Governo Federal. São Paulo: Atlas, 2004.
- CARVALHO, Carlos Eduardo e OLIVEIRA, Giuliano C.. Fragilização de grandes bancos no início do Plano Real. Belo Horizonte, Revista Nova Economia, v. 12, jan-jun 2002.
- CERVO, Amado L. & BERVIAN, Pedro A.. Metodologia científica. 5ª Edição. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- DOWNES, John e GOODMAN, Jordan Elliot. Dicionário de termos financeiros e de investimento. São Paulo: Nobel, 1993.
- ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 18ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- ERIS, Cláudia Cunha Campos et al. Finanças públicas. São Paulo: Pioneira: FIPE, 1983.

FERREIRA, Ivan Fecury Sydrião. A economia política do endividamento público em uma federação: um estudo comparativo entre o Brasil e os Estados Unidos. Dissertação de mestrado apresentada na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas – EAESP/FGV. São Paulo, 1998.

FONSECA NETO, Fernando de Aquino. Globalização financeira e restrições ao crescimento: a economia brasileira a partir da década de noventa. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Economia da Universidade de Brasília – UnB. Brasília, 2004.

_____. A estrutura da dívida pública no Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional. IV Prêmio Tesouro Nacional – 1999, Menção Honrosa.

FORTUNA, Eduardo. Mercado Financeiro: produtos e serviços. 15ª Edição. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

GARDNER, M. J., MILLS, D. L. e COOPERMAN, E. S.. *Managing financial institutions: an asset / liability approach*. 4ª Edição. Florida, USA: Harcourt, 2000.

GIAMBIAGI, Fabio. Necessidades de financiamento do setor público: bases para discussão do ajuste fiscal no Brasil – 1991/96. BNDES – Textos para discussão N° 53. Rio de Janeiro, março de 1997.

_____. & ALÉM, Ana Cláudia. Finanças públicas. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5ª Edição. São Paulo: Atlas, 2006.

GOLDFAJN, Ilan. Há Razões para Duvidar de Que a Dívida Pública no Brasil é Sustentável? Notas técnicas do Banco Central do Brasil N° 25. Brasília, julho de 2002. p. 1-26.

GREMAUD, A. Patrick; VASCONCELLOS, M. A. Sandoval de; TONETO Jr., Rudinei. Economia brasileira contemporânea. 4ª Edição. São Paulo: Atlas, 2002.

HASTINGS, David. F.. Banking: gestão de ativos, passivos e resultados em instituições financeiras. São Paulo: Saraiva, 2006.

HYMAN, David. N.. *Public finance: a contemporary application of theory to police*. 7ª Edição. Ohio, USA: Thomson, 2002.

KAYO, Eduardo Kazuo e MATIAS, Alberto Borges.. A moeda e uma análise dos efeitos monetários dos planos econômicos de 1986 a 1995. In: II SEMEAD.

KLEIN, Michael A.. *A theory of the banking firm*. *Journal of Money, Credit and Banking*, v. 3, mai-1971.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 4ª Edição. São Paulo: Atlas, 2001.

LOPREATO, Francisco Luiz Cazeiro. O colapso das finanças estaduais e a crise da federação. São Paulo: Editora UNESP, IE - UNICAMP, 2002.

LOUREIRO, André Soares e BARBOSA, F. H. Barbosa. Dívida Pública e Prêmio de Risco dos Títulos Públicos no Brasil. Notas técnicas do Banco Central do Brasil N° 42. Brasília, novembro de 2003. p. 1-28.

MARION, J. Carlos; DIAS, Reinaldo; TRALDI, M. Cristina. Monografia para os cursos de administração, contabilidade e economia. São Paulo: Atlas, 2002.

MARQUES, Nilton Ferreira da Silva. A experiência brasileira no manejo da política monetária para a subsistência do mercado da dívida pública, com a despoupança do setor público. Secretaria do Tesouro Nacional. II Prêmio Tesouro Nacional – 1997, Primeiro Lugar.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Manual para elaboração de monografias e dissertações. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.

MATIAS, Alberto Borges. Insucesso de grandes bancos privados brasileiros de varejo. São Paulo: Manole, 2002.

MENDES, Frederico. A gestão baseada no valor nas instituições financeiras: um modelo aplicado a bancos múltiplos. Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEA/USP. São Paulo, 2004.

MISHKIN, Frederic S.. Moedas, bancos e mercados financeiros. 5ª Edição. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 2000.

MUSGRAVE, Richard Abel. Teoria das finanças públicas. São Paulo: ATLAS, 1973.

MUSGRAVE, R. Abel & MUSGRAVE, Peggy B. Finanças públicas: teoria e prática. Rio de Janeiro: Campus; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

NIYAMA, J. Katsumi e GOMES, A. L. Oliveira. Contabilidade de instituições financeiras. 3ª Edição. São Paulo: ATLAS, 2005.

OREIRO, José Luís. Preferência pela liquidez, racionamento de crédito e concentração bancária: uma nova teoria pós-keynesiana da firma bancária. São Paulo, Revista Estudos Econômicos, v. 35, jan-mar 2005.

PAULA, Luiz Fernando Rodrigues. Dinâmica da firma bancária: uma abordagem não-covencional. Rio de Janeiro, Revista Brasileira de Economia, v. 53, jul-set 1999.

_____. Teoria horizontalista da moeda e do crédito: crítica da crítica. São Paulo, Revista Estudos Econômicos, v. 33, abr-jun 2003.

_____. & ALVES JUNIOR, Antonio José. Comportamento dos bancos, percepção de risco e margem de segurança no ciclo minskiano. Porto Alegre, Revista Análise Econômica, ed. 39, mar 2003.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Crise econômica e reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina. São Paulo: Editora 34, 1996.

PINHEIRO, Juliano Lima. Mercado de Capitais: fundamentos e técnicas. 3ª Edição. São Paulo: ATLAS, 2005.

REZENDE, Fernando Antonio. Finanças públicas. 2ª Edição. São Paulo: Atlas, 2000.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. Pesquisa social. 3ª Edição. São Paulo: Atlas, 1999.

RIGOLON, Francisco & GIAMBIAGI, Fabio. A renegociação das dívidas e o regime fiscal dos estados. Textos para discussão n. 69. Rio de Janeiro: BNDES, julho de 1999.

RUIZ, João Álvaro. Metodologia científica. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 1995.

SAUNDERS, Anthony. Administração de Instituições Financeiras. São Paulo, ATLAS, 2000.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 22ª Edição. São Paulo: Cortez, 2002.

TROSTER, Roberto Luis. *Overbanking* no Brasil. São Paulo: Makron Books, 1997.

ANEXOS

ANEXO A – BALANÇO PATRIMONIAL DE BANCOS

GLOSSÁRIO DE CONTAS DO BALANÇO PATRIMONIAL DE INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS. PARTE INTEGRANTE DO SISTEMA VISIONARIUM®, DE PROPRIEDADE DO INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO - INEPAD

ATIVO

Compreende os bens, direitos e valores pertencentes a uma entidade.

Ativo Circulante: Dinheiro em caixa ou em bancos e direitos a realizar dentro de no máximo um ano.

Componentes: Disponibilidades, Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros, Relações Interfinanceiras, Relações Interdependências, Operações de Crédito, Operações de Arrendamento Mercantil, Outros Créditos e Outros Valores e Bens.

Saldo: Devedor.

Disponibilidades – caixa e contas correntes em bancos.

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez – aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, aplicações em moedas estrangeiras, provisão para perdas e outras aplicações.

Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos – carteira própria, vinculados a compromissos de recompra, vinculados ao Banco Central, instrumentos financeiros derivativos, outros (certificado de privatização), provisão para desvalorizações e outros títulos e valores mobiliários.

Relações Interfinanceiras – recebimentos e pagamentos a liquidar, créditos vinculados (Bacen/SFH/Tesouro Nacional), repasses interfinanceiros, correspondentes e outros.

Relações de Interdependências – recursos em trânsito de terceiros e transferências internas de recursos.

Operações de Crédito – operações de crédito (setores público e privado), financiamentos, operações de crédito liquidação duvidosa, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras operações de créditos.

Operações de Arrendamento Mercantil – operação arrendamento/subarrendamento (a receber, em atraso e de liquidação duvidosa), rendas a apropriar de arrendamento mercantil, provisão para créditos arrendamento de liquidação duvidosa e outras operações.

Outros Créditos – carteira de câmbio, rendas a receber, negociação e intermediação de valores, créditos por avais e fianças honrados, créditos específicos, operações especiais, diversos, créditos de liquidação duvidosa e provisão para outros créditos de liquidação duvidosa.

Outros Valores e Bens – outros valores e bens, provisão para desvalorizações e despesas antecipadas.

Realizável a Longo Prazo: Direitos realizáveis após o término do exercício seguinte ao encerramento do balanço.

Componentes: Aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, relações interfinanceiras, operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, outros créditos e outros valores e bens.

Saldo: Devedor.

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez – aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, aplicações em moedas estrangeiras, provisão para perdas e outras aplicações.

Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos – carteira própria, vinculados a compromissos de recompra, instrumentos financeiros derivativos, vinculados a prestação de garantia, vinculados ao Banco Central, outros (certificados de privatização), provisão para desvalorizações e outros títulos.

Relações Interfinanceiras – créditos vinculados (Bacen/SFH/Tesouro Nacional) e outros.

Operações de Crédito – operações de crédito (setores público e privado), financiamentos, operações de crédito liquidação duvidosa, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras operações de crédito.

Operações de Arrendamento Mercantil – operação arrendamento/subarrendamento (mercantil, em atraso e de liquidação duvidosa), rendas a apropriar arrendamento mercantil, provisão para créditos arrendamento de liquidação duvidosa e outras operações.

Outros Créditos – carteira de câmbio, rendas a receber, negociação e intermediação de valores, créditos por avais e fianças honrados, créditos específicos, operações especiais, diversos, créditos de liquidação duvidosa e provisão para outros créditos de liquidação duvidosa.

Ativo Permanente: Bens e direitos que não se alteram durante o processo de produção de uma empresa e cuja perspectiva de permanência ultrapassa um exercício.

Componentes: Investimentos, Imobilizado de Uso, Imobilizado de Arrendamento e Diferido.

Saldo: Devedor.

Investimentos – participações em coligadas e controladas (no país e no exterior), outros investimentos e provisão para perdas.

Imobilizado de Uso – imóveis de uso, outras imobilizações de uso e depreciações acumuladas.

Imobilizado de Arrendamento – bens arrendados e depreciações acumuladas.

Diferido – gastos de organização e expansão e amortização acumulada.

PASSIVO

Compreende as exigibilidades e origem dos recursos de uma instituição financeira.

Passivo Circulante: Exigibilidades ou obrigações de curto prazo.

Componentes: Depósitos, Captação no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Relações Interfinanceiras, Relações Interdependências, Obrigações por Empréstimos, Repasses País – Instituições Oficiais, Obrigações por Repasses do Exterior e Outras Obrigações.

Saldo: Credor.

Depósitos – depósitos à vista, depósitos de poupança, depósitos interfinanceiros, depósitos a prazo e outros depósitos.

Captação no Mercado Aberto – carteira própria, carteira de terceiros e outras captações.

Recursos Aceites Emissão de Títulos – recursos de aceites cambiais, recursos de letras hipotecárias, recursos de debêntures, obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior e outros recursos aceites.

Relações Interfinanceiras – recebimentos e pagamentos a liquidar, repasses interfinanceiros, correspondentes, matriz e congênitos no exterior em moeda nacional e outras relações.

Relações Interdependências – recursos em trânsito de terceiros e transferências internas de recursos.

Obrigações por Empréstimos – empréstimos no país (instituições oficiais e outras instituições), empréstimos no exterior e outros empréstimos.

Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais – Tesouro Nacional, Banco Central, CEF, BNDES, Banco do Brasil, FINAME e outras instituições.

Obrigações por Repasses do Exterior – repasses do exterior.

Outras Obrigações – cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados, créditos de arrendamento cedidos, carteira de câmbio, sociais e estatutárias, fiscais e previdenciárias, fundos financeiros e de desenvolvimento, negociação e intermediação de valores, operações especiais, dívidas subordinadas, instrumentos financeiros derivativos e diversas.

Exigível a Longo Prazo: Obrigações financeiras para com terceiros a vencer após o término do exercício seguinte ao encerramento do balanço.

Componentes: Depósitos, Captação no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Relações Interfinanceiras, Obrigações por Empréstimos, Repasses País – Instituições Oficiais, Obrigações por Repasses do Exterior e Outras Obrigações.

Saldo: Credor.

Depósitos – depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo.

Captação no Mercado Aberto – carteira própria, carteira de terceiros e carteira livre movimentação.

Recursos de Aceites e Emissão de Títulos – recursos de aceites cambiais, recursos de letras hipotecárias, recursos de debêntures, obrigações títulos e valores mobiliários no exterior e outros recursos aceites.

Relações Interfinanceiras – recebimentos e pagamentos a liquidar, obrigações vinculadas, repasses interfinanceiros e correspondentes.

Obrigações por Empréstimos – empréstimos no país (instituições oficiais e outras instituições) e empréstimos no exterior.

Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais – Banco Central, CEF, BNDES, Banco do Brasil, FINAME e outras instituições.

Obrigações por Repasses do Exterior – repasses do exterior.

Outras Obrigações – cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados, créditos de arrendamento cedidos, carteira de câmbio, sociais e estatutárias, fiscais e previdenciárias, fundos financeiros e de desenvolvimento, negociação e intermediação de valores, operações especiais, dívidas subordinadas, instrumentos financeiros derivativos e diversas.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valor das aplicações dos investidores.

Patrimônio Líquido: Diferença entre os bens mais direitos e as exigibilidades mais obrigações.

Componentes: Capital, Reservas, Ajuste ao Valor de Mercado e Ações em Tesouraria.

Fórmula de Cálculo: $(\text{Bens} + \text{Direitos}) - (\text{Exigibilidades} + \text{Obrigações})$.

Saldo: Credor.

Capital – capital de domiciliados no país, capital de domiciliados no exterior e capital a realizar.

Reservas – reserva de capital, de reavaliação, de lucros e outras reservas.

Ajuste ao Valor de Mercado – Títulos e Valores Mobiliários (TVM) e derivativos.

Ações em Tesouraria – ações em tesouraria.

ANEXO B – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DE BANCOS

GLOSSÁRIO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS. PARTE INTEGRANTE DO SISTEMA VISIONARIUM®, DE PROPRIEDADE DO INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO - INEPAD

Contas da Demonstração do Resultado – Bancos

Contas que refletem a demonstração contábil destinada a evidenciar a composição do resultado formado durante o período operacional de uma instituição.

Receita da Intermediação Financeira: Receitas decorrentes da exploração das atividades-fins.

Rendas de Operações de Crédito – Rendas providas de adiantamentos, de empréstimos, de títulos descontados, de financiamentos, de refinanciamentos e de direitos por empréstimos de ouro.

Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez – Registra as rendas de aplicações em operações compromissadas, em depósitos interfinanceiros e em voluntárias no Banco Central que constituam receita efetiva da instituição, no período.

Rendas de Arrendamento Mercantil – Receitas de arrendamentos, de sub-arrendamentos e de lucros na alienação de bens arrendados.

Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos – Resultados líquidos provenientes de títulos de renda fixa e variável, participações societárias, aplicações financeiras, ativos financeiros (como ouro) e mercadorias.

Resultado de Câmbio – Resultado líquido das operações cambiais decorrentes da variação de taxas e da posição de obrigações do banco em moeda estrangeira.

Resultado Financeiro das Operações com Seguros, Previdência e Capitalização – Receitas provenientes de operações com seguros, previdência social e capitalização.

Resultado das Aplicações Compulsórias – Lucros das aplicações obrigatórias junto ao Banco Central.

Ajuste do Programa de Estabilidade Econômica – Adequações que geram receitas destinadas ao programa de estabilidade econômica.

Passivo sem Encargo – Compreende o passivo sem obrigações.

Despesa de Intermediação Financeira: Despesas decorrentes de operações realizadas por bancos para obter dinheiro.

Operações de Captação no Mercado – Registra as despesas de captação de diversos depósitos, de títulos e valores mobiliários no exterior, de operações compromissadas, de contratos de assunção de obrigações, de aceites cambiais e letras, de debêntures e de depósitos especiais.

Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses – Registra as despesas de empréstimos, de refinanciamentos, de redescontos do Banco Central, de obrigações e de repasses que constituam custo efetivo da instituição, no período.

Operações de Arrendamento Mercantil – Registra as despesas de arrendamentos financeiros e operacionais, de obrigações por subarrendamentos e de prejuízos na alienação de bens arrendados que constituam custo efetivo da instituição, no período.

Despesas de Operações de Câmbio – Registra as despesas de operações de câmbio e de variações e diferenças de taxas que constituam custo efetivo da instituição, no período.

Aprovisionamentos e Ajustes Patrimoniais - Registra o valor dos encargos necessários à formação de provisão para amortização, depreciação e provisões operacionais.

Despesas de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos – Registra o valor de deságios na colocação de títulos, de prejuízos com títulos de renda fixa e variável, de despesas em operações com derivativos, de prejuízos em aplicações de ouro, de ajuste negativo ao valor de mercado e de perdas permanentes.

Outros – Outras despesas envolvidas nas captações financeiras.

Resultado Bruto da Intermediação Financeira: Saldo das receitas de intermediação financeira e despesas da intermediação financeira.

Receitas de Prestação de Serviços – São as tarifas que o banco cobra pela administração de recursos, por serviços de conta corrente, pela emissão de cartões de crédito, por operações de crédito e garantias prestadas, por serviços de recebimentos ou por outros serviços que presta ao cliente.

Despesas de Pessoal – Registra o valor dos benefícios concedidos ao pessoal, das contribuições patronais e semelhantes de natureza social, dos proventos do pessoal efetivamente utilizado na execução dos serviços da instituição e das despesas relacionadas com o treinamento de funcionários.

Outras Despesas Administrativas – Registrar o valor das despesas de água, de aluguéis, de arrendamento de bens, de comunicações, de contribuições filantrópicas, de honorários, de manutenção e conservação de bens, de material, de serviços e de outras despesas administrativas.

Despesas Tributárias – Registrar o valor das despesas tributárias que constituam custo efetivo da instituição, no período.

Resultado da Atividade Bancária: É a soma do resultado bruto da intermediação financeira mais a diferença entre outras receitas e despesas operacionais.

Resultado de Participações em Coligadas e Controladas – Indica o valor das participações em coligadas e controladas durante o período vigente.

Reversão de Provisões – Registra as reversões de provisões constituídas em exercícios ou semestres anteriores. Inclui perdas em aplicações em depósitos financeiros, desvalorizações de diversos títulos, derivativos de crédito, provisões para crédito de liquidação duvidosa e outras.

Outras Receitas / Despesas Operacionais – O saldo entre outras receitas e despesas operacionais.

Resultado Operacional: Lucros ou prejuízos referentes às operações correntes de uma instituição.

Resultado Não Operacional - Lucros ou prejuízos nas vendas de imóveis, alienação das participações societárias e investimentos.

Resultado Antes da Tributação: Lucro ou prejuízo obtido por uma empresa antes dos impostos serem cobrados.

Impostos de Renda – Tributo cobrado sobre os rendimentos recebidos durante o período de um ano, seja em atividades profissionais ou comerciais, seja em rendimentos que resultam da aplicação de capitais.

Provisão para Imposto de Renda – Reserva para tributos a serem pagos.

Contribuição Social – Registra as parcelas necessárias à constituição ou reversão de provisão para contribuição social, bem como dos valores relativos à constituição e baixa de créditos tributários.

Provisão para Contribuição Social – Valores da provisão para contribuição social a pagar ou a recuperar relativos ao resultado tributável do período corrente e futuro.

Participações Estatutárias no Lucro – Registra as participações no lucro constituídas por determinação do estatuto social.

Ativo Fiscal Diferido – Valores correspondentes aos créditos tributários de contribuição social.

Ganho / Perda na Conversão de Moeda – Registra os ganhos ou as perdas acarretadas com a conversão de moedas.

Reversão dos Juros sobre Capital Próprio – Mensura o valor da reversão dos juros sobre capital próprio.

Resultado Líquido: Resultado bruto menos depreciação, despesas não operacionais, imposto de renda e participações diversas.

Lucro / Prejuízo por Ação: Resultado líquido sobre o número de ações.